

A importância da pesquisa na práxis extensionista – indicadores de autogestão na incubação do *Núcleo de Produção da Associação Bem da Terra/RS*

Tiago de GarciaNunes ¹

Samantha Vieira Zschornack ²

Diego Rodrigues Gonçalves ³

Solaine Gotardo ⁴

O presente texto resulta de um estudo realizado a partir da ação extensionista do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPel) junto ao empreendimento econômico solidário denominado *Núcleo de Produção da Associação Bem da Terra, em Pelotas/RS*. A obtenção dos dados e elementos de pesquisa ocorreram a partir da análise documental, recursos audiovisuais e eletrônicos organizados pelo grupo, bem como entrevistas com as artesãs integrantes. A pesquisa permitiu a construção de indicadores de autogestão, que por sua vez foram integrados ao autogestômetro, ferramenta criada no curso da mesma e que mede as práticas organizativas institucionais no comportamento, na prática e a consciência autogestionária individual dos/as trabalhadores/as. Os resultados da pesquisa determinaram o perfil socioeconômico das participantes, assim como identificaram as fragilidades que apontam a debilidade política do empreendimento. Algumas trabalhadoras ainda encontram dificuldades para a compreensão e inserção efetiva ao modo econômico solidário que buscam promover, evidenciando que o fortalecimento de sua organicidade no interior do Núcleo de Produção é tarefa urgente que deve ser trabalhada tanto no plano da formação técnica como política.

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva destacar a importância da pesquisa-ação militante na práxis extensionista, no âmbito da incubação⁵ de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES), em especial do levantamento de indicadores qualitativos de autogestão como ponto de apoio crítico-reflexivo para a incubação do *Núcleo de Produção da Associação Bem da Terra/RS*. A pesquisa orientou-se epistemologicamente pelo marxismo autogestionário⁶, a partir de uma abordagem comparativa de cunho sociológico e político.

Os resultados globais de pesquisa estão sendo utilizados para a elaboração futura de um instrumento lúdico-didático que potencialize processos de autogestão nos empreendimentos solidários.⁷

¹ Doutor em Sociologia em Direito/UFF - tiago.nunes@ucpel.edu.br

² Graduada em Tecnologia em Design de Moda /UCPel - samanthavz94@gmail.com

³ Graduado em Serviço Social e Mestrando no Programa de Política Social e Direitos Humanos/UCPel - diego.goncalves.uni@gmail.com

⁴ Graduada em Filosofia e Mestre em Educação/ UFPel - managotardo15@gmail.com

⁵ O processo de incubação se refere ao trabalho realizado pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPel).

⁶ Destacamos as obras de István Mészáros, Cláudio Nascimento, Antônio Cruz, Henrique Novaes, Neusa Dal Ri, Cândido Vieitez e Édi Benini.

⁷ De acordo com Ferrarini *et al* os Empreendimentos Econômicos e Solidários se afirmam na perspectiva de constituição de espaços de resistência dos trabalhadores frente ao desemprego, por isso a ênfase na organização política e associação autônoma para autogestão na produção, comercialização, distribuição, finanças e consumo visando a instituição de um “projeto societário mais justo e solidário.”

Ao final do artigo são levantadas algumas considerações constatadas a partir da pesquisa, sendo que tal reflexão indaga a possibilidade de converter a realidade pesquisada e analisada em conhecimentos sistematizados capazes de subsidiar práticas de educação popular crítica, com ênfase no processo de incubação universitária do *Núcleo de Produção*.

MÉTODO

Para cumprir com os objetivos foi realizada pesquisa de campo visando articular dimensões qualitativas e quantitativas à investigação; combinou-se a análise documental, audiovisual e eletrônica do empreendimento estudado⁸ com 6 entrevistas aplicadas às trabalhadoras que o integram⁹ Os resultados da pesquisa mais ampla resultaram nos *indicadores de autogestão* descritos no anexo I¹⁰.

O *autogestômetro* foi a ferramenta metodológica desenvolvida para traçar as diferentes organicidades dos empreendimentos e verificar, posteriormente, a influência das mediações e práticas organizativas institucionais no comportamento, na prática e a consciência autogestionária individual dos trabalhadores/as. A construção do instrumento foi inspirada nas *rosáceas* desenvolvidas na obra *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final: junho de 2004* (TAUILE, 2005), em razão da criatividade e capacidade demonstrativa apresentada pelos resultados da pesquisa.

Assim foi possível organizar graficamente os elementos da pesquisa de campo a partir da definição de 32 indicadores institucionais divididos em três grandes blocos estruturantes, a saber: (1) *identidade do empreendimento*; (2) *autogestão interna: organicidade, cooperação, autonomia e participação*; (3) *autogestão societal ampliada: elementos de socialização autogestionária e tendências para a integração socioprodutiva ampliada. Para cada indicador foram fixados quatro níveis para quantificar maiores e menores tendências institucionais com mediações propícias para o desenvolvimento da consciência e prática autogestionária representadas por barras coloridas, definidas a partir do centro em direção às extremidades do círculo da seguinte forma: (1) socialmente inaceitável (cor lavanda); (2) aceitável (cor amarela); (3) socialmente necessário (cor vermelha); (4) padrão idealizado (cor roxa). Os indicadores e níveis foram classificados com base numa tabulação realizada a partir das informações obtidas pela aplicação do roteiro semiestruturado para entrevistas dos informantes-chave e coleta de dados referentes aos Empreendimentos.*

⁸ O roteiro semiestruturado para entrevista dos informantes-chave e a coleta de dados referentes aos empreendimentos baseava-se em 3 eixos: (1) Quanto à identidade do empreendimento (envolvimento dos trabalhadores no surgimento do empreendimento; organização territorial; configuração institucional/formato jurídico; forma de ingresso e associação; organicidade e autonomia em relação a parceiros, apoiadores e agentes externos); (2) Autogestão interna: estruturas, organicidade, cooperação, autonomia e participação (representação e democracia direta); divisão do trabalho; canais de informação e formação voltados para o processo produtivo; (3) Autogestão societal ampliada: elementos de socialização autogestionária e tendências para a integração socioprodutiva ampliada. Meios/canais de informação e formação continuada, mobilização política, agitprop (agitação e propaganda). Relação com movimentos sociais e outros empreendimentos. Integração sociopolítica com a comunidade na qual o empreendimento está inserido.

⁹ Os instrumentos para a pesquisa de campo, tabulação, análise e apresentação dos dados coletados foram construídos a partir de instrumentos, variáveis e indicadores de pesquisa integrantes das seguintes obras:

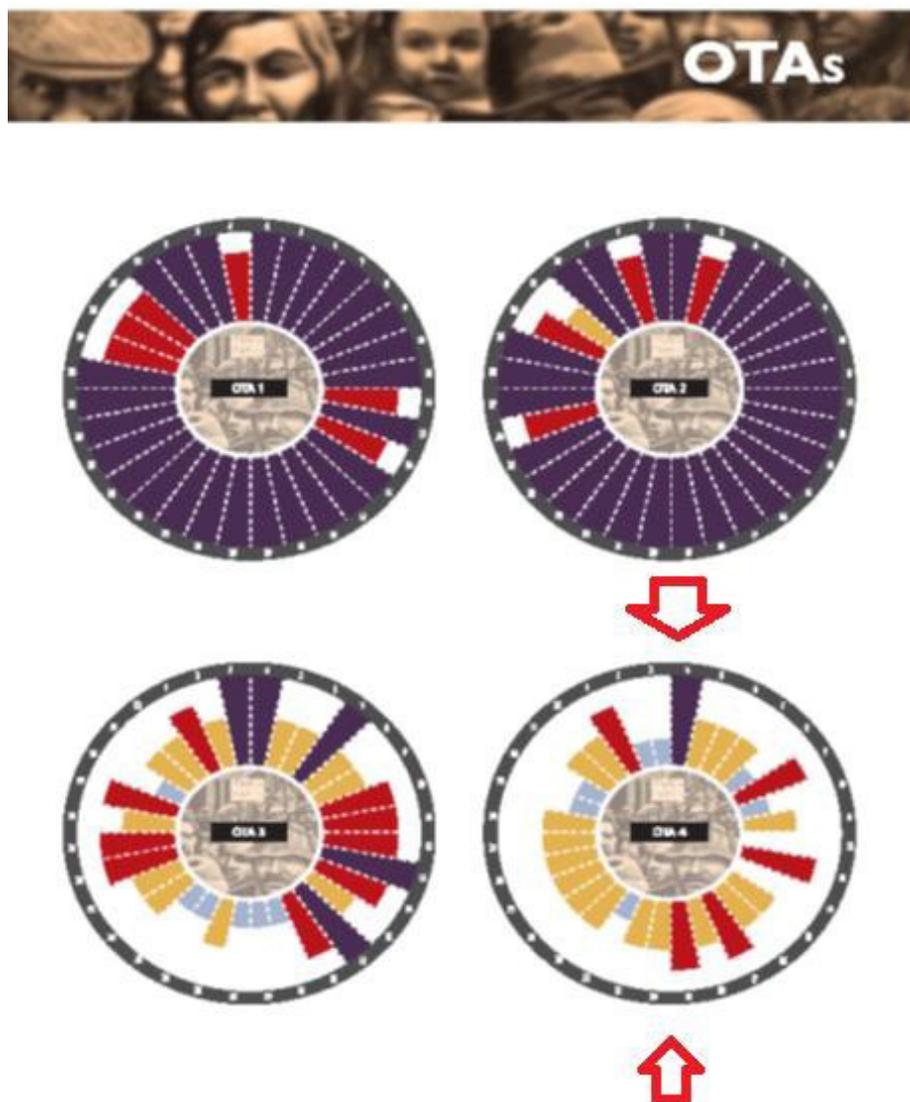
(1) *A enquete operária* de Karl Marx; (2) *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas* de TAUILE et al; (3) *Autogestão em avaliação* da ANTEAG; (4) *Organicidade socioprodutiva: metodologia construtiva de uma autogestão de caráter societal* de Édi BENINI et al; (6) *Agitação e propagação no processo de transformação social* da ViaCampesina.

¹⁰ A metodologia é parte constante de uma pesquisa mais ampla que, com intuítos comparativos, analisou quatro Empreendimentos Solidários e seus respectivos trabalhadores. Veja-se NUNES, 2019.

Indicadores institucionais de autogestão

	Nº	DESCRIÇÃO
Identidade da OTA	1	Envolvimento dos trabalhadores na criação – momento inaugural da OTA
	2	Organização e disposição territorial da unidade produtiva
	3	Posse e/ou propriedade dos meios de produção - regime jurídico
	4	Possibilidade e forma de adesão de novos associados
	5	Participação institucional da OTA em movimentos populares ou organizações sociais e participação destes na OTA
	6	Programa político, demandas ou visão de sociedade razoavelmente definidos
Autogestão interna	7	Modelo de administração (Heterogestão, co-gestão, administração participativa ou autogestão)
	8	Existência de canais de participação e deliberação
	9	Existência de canais para que os trabalhadores troquem informações
	10	Eleição de representantes, rotatividade de cargos e revogação de mandato
	11	Divisão e forma de definição de funções e papéis
	12	Diferença de retirada ou remuneração entre os trabalhadores
	13	Existência de colaboração e cooperação entre diferentes setores
	14	Carga horária e intensidade da jornada de trabalho
	15	Existência de canais de informação e comunicação interna
	16	Participação (em sentido qualitativo e quantitativo) dos trabalhadores nos canais de participação e deliberação
	17	Oferta de atividades internas de formação técnica e/ou gestão associada
societal ampliada e organicidade	18	Existência da expressão autogestão ou expressão análoga nos canais de comunicação
	19	Memória política da OTA e registro detalhado do seu histórico
	20	Solidariedade a outras experiências de trabalho associado, a movimentos populares e a outras organizações sociais
	21	Existência de atividades de formação e mobilização política e existência de setor específico para tal finalidade
	22	Existência de espaço para leitura e aprendizagem dos trabalhadores, familiares e vizinhos assim como de produção de conhecimento próprio
	23	Práticas artístico-culturais como artes plásticas, teatro, música e poesia
	24	Produção e utilização de indumentária e vestimenta pelos trabalhadores e pela Comunidade
	25	Utilização de meios de comunicação de massa (programa ou participação em programas de rádio, televisão e/ou internet, cinema, jornal, blog e páginas nas redes sociais)
	26	Existência de relações políticas orgânicas da OTA com outras OTAs, movimentos sociais e populares, partidos políticos, sindicatos, entidades de apoio, redes, outros coletivos e/ou com o Estado
	27	Existência de relações econômicas da OTA com outras OTAs, movimentos sociais e populares, partidos políticos, sindicatos, entidades de apoio, redes, outros coletivos e/ou com o Estado
	28	Transversalidade do programa político ou das demandas do movimento social referência da OTA com outras pautas ou lutas sociais do movimento referência ou de outros movimentos
	29	Existência de canais de escoamento da produção por fora do mercado capitalista/formal
	30	Existência de registro de variados aspectos para o desenvolvimento e o sucesso da OTA
	31	Integração socioprodutiva - compartilhamento de espaços, recursos produtivos, economias de rede, serviços, crédito solidário/intercooperativo, bens e objetos, investimento, consumo solidário, com outras OTAs ou redes de OTAs
	32	Existência de atividades de integração sociopolítica com as famílias dos trabalhadores e a comunidade na qual a OTA está inserida, além de relacionamento com outras instituições como associação de moradores, coletivos artístico-culturais, cursos EJA (educação para jovens e adultos), escolas, universidades etc.

Autogestômetros - Núcleo de Produção em destaque



A construção dos instrumentos de coleta e de análise/tabulação dos dados também recebeu forte influxo dos instrumentos apresentados na obra *Autogestão em Avaliação* (ANTEAG, 2004), produzida a partir dos resultados da pesquisa *Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul*, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária em 2001.

Dentre os principais elementos emergentes de análise destacam-se: tendências para a integração socioprodutiva ampliada e de socialização autogestionária; meios e canais formais/informais de informação e formação continuada; canais e estratégias de mobilização política interna e externa; instrumentos de AGITPROP (agitação e propaganda) como a música, o teatro, as artes plásticas, a fotografia, as místicas, as celebrações das datas importantes dos empreendimentos; a relação política e econômica com outros agentes, empreendimentos, movimentos sociais e populares; existência de atividades de integração sociopolítica com as famílias dos trabalhadores e a comunidade na qual o empreendimento está inserido, além de relacionamento com outras instituições como associação de moradores, coletivos artístico-culturais, escolas/universidades; a existência de canais de escoamento da produção alternativos ao mercado capitalista e de sistemas compartilhados de logística, crédito,

investimento e consumo direito; relações orgânicas dos empreendimentos com outros empreendimentos, movimentos sociais e populares, partidos políticos e sindicatos, entidades de apoio, redes e com o próprio Estado.

Além da ferramenta institucional, a pesquisa ainda apontou 32 indicadores comportamentais que foram elaborados com o intuito de captar aspectos relativos à consciência e cultura autogestionária individual de cada trabalhador a partir da sua práxis e reflexão sobre a prática coletiva na sua organização para posteriormente intentar aferir em que medida os diferentes indicadores institucionais influenciam (e se influenciam) o comportamento, a cultura e a prática autogestionária dos trabalhadores. Se existem diferentes maneiras de cooperar, participar e protagonizar torna-se imprescindível entender com qual intencionalidade os trabalhadores experimentam os eventuais avanços obtidos no interior das unidades produtivas. Os indicadores comportamentais foram divididos em 3 (três) grandes blocos estruturantes: (1) autogestão interna: organicidade, cooperação, autonomia, participação, disciplina, confiança e liberdade; (2) autogestão societal ampliada: solidariedade de classe, participação e mobilização política, relação com movimentos e outros atores sociais; (3) aspectos sociopolíticos gerais.

No primeiro bloco (1) - autogestão interna – o trabalho de campo procurou captar dos trabalhadores: (a) a compreensão do que possa ser a autogestão (ou expressões análogas como autonomia, auto-organização ou controle); (b) a percepção sobre a divergência de opiniões e conflitos de ideias no interior da organização; (c) a percepção sobre a cooperação entre os trabalhadores; (d) o grau de participação nas principais decisões; (e) o conhecimento dos canais de participação existentes; (f) a participação nas atividades internas e externas de formação técnica; (g) os motivos pelos quais os trabalhadores optaram por trabalhar num empreendimento solidário; (h) a percepção sobre a divisão do trabalho e tarefas; (i) a opinião sobre a retirada/remuneração dos trabalhadores; (j) o ponto de vista sobre a carga horária e a intensidade do trabalho; (k) a avaliação sobre o que é preciso aprimorar num empreendimento solidário.

No bloco (2) - autogestão societal ampliada – o objetivo foi avaliar a participação dos trabalhadores em atividades políticas internas e externas que extravasem os muros da unidade produtiva assim como a sua percepção sobre as relações políticas e econômicas estabelecidas pelo empreendimento com outros empreendimento e atores sociais. Com isso, intentamos decifrar em que medida a solidariedade com a classe trabalhadora está presente no imaginário dos trabalhadores e qual a sua percepção sobre uma eventual confluência dos objetivos corporativos do empreendimento com bandeiras de lutas mais amplas e a socialização dos eventuais avanços obtidos no interior da sua organização.

Os indicadores do bloco 2 versam sobre: (a) histórico do empreendimento, especialmente a memória pessoal sobre o momento de sua criação assim como as principais mobilizações políticas, períodos de crise e vitórias ocorridas; (b) interesse por atividades internas e externas de formação política e a efetiva participação nestas; (c) realização de vivências em outras experiências de trabalho associado e constatação sobre as dificuldades que estas também atravessam; (d) nível de compreensão sobre a existência de relações com outros atores e como estas são feitas com eventual existência de setor específico para a tarefa; (e) capacidade de identificar aliados, parceiros e adversários do empreendimento; (f) grau de clareza sobre o que vem a ser os movimentos ou organizações sociais e a frequência de participação nas suas atividades; (g) apropriação em relação ao movimento social ao qual o empreendimento faz parte; (h) participação em organização ou movimento popular referência do empreendimento ou parceiro e a condição e intensidade em que a participação ocorre; (i) opinião em relação a existência de relações políticas locais, regionais, nacionais e internacionais assim como a importância de contribuir nas lutas

de trabalhadores e movimentos sociais contra a exploração onde quer que ocorram; (j) a lucidez a respeito da existência de relações econômicas em nível micro e macro econômico e a influência destas no funcionamento do empreendimento; (k) reflexão sobre perspectivas ampliadas de autogestão tanto na esfera política como econômica - compartilhamento de espaços, recursos produtivos, economias de rede, serviços, crédito solidário, bens e objetos com outros empreendimento, organizações e movimentos populares, entidades de apoio ou redes e o Estado; (l) preocupação com a integração sociopolítica do empreendimento com as famílias dos trabalhadores e a comunidade na qual o empreendimento está inserido e com organizações e movimentos populares, associação de moradores, partidos políticos, sindicatos, coletivos artístico- culturais, cursos EJA, escolas/universidades, etc.

No bloco (3) – aspectos sociopolíticos gerais – o propósito foi o de avaliar a consciência dos trabalhadores a partir da sua compreensão e posicionamento em relação a temas relevantes à classe trabalhadora e com grande repercussão nos meios de comunicação.

O NÚCLEO DE PRODUÇÃO EM CONTEXTO

O Núcleo de Produção das Artesãs da Associação Bem da Terra (NP) é um coletivo composto por dez (10) trabalhadoras e foi constituído há aproximadamente três anos no interior da Associação Bem da Terra (ABDT), que consiste numa associação de fins não lucrativos de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) da região sul do Rio Grande do Sul.

Apesar de ser formado por integrantes de empreendimentos da Associação Bem da Terra, o *NP* possui organicidade própria, podendo ser considerado um empreendimento independente, no qual toda a gestão e organização do trabalho são determinadas pelas próprias trabalhadoras¹¹. No entanto, antes da análise do *NP*, é imprescindível compreender o contexto do seu surgimento no interior da Associação assim como o contexto de criação da própria Associação.

A ABDT nasceu como resultado direto de uma *pesquisa-ação* desenvolvida por pesquisadores dos empreendimentos fundadores e do NESIC/UCPEL entre os anos de 2007-2009. Nesse período, foram visitados vários empreendimentos solidários - *Cooesperança*, em Santa Maria/RS e *Mundo Paralelo*, em Porto Alegre/RS); e estudadas experiências exitosas - supermercado *Eróski*, em Mondragón/País Basco, o Centro de Abastecimento Comunal *El Galpón*, em Buenos Aires/Argentina e o *CEPESI – Centro Público de Economia Solidária*, em Itajaí/SC.

As reuniões de trabalho desenharam um modelo apropriado para ser coletivamente construído e que considerou as principais especificidades da Economia Solidária¹². Os trabalhadores concretizaram a proposta: formalizaram uma associação, criaram nome e marca, e passaram a realizar uma *atividade experimental* – uma feira mensal nas imediações da universidade, que atenderia a um público muito variado (como um passo de *dupla acumulação*: social e econômica)¹³.

Transcorridos mais de dez anos do seu surgimento como rede, a Associação conta atualmente com cerca de 40 empreendimentos que representam aproximadamente 850 produtores/trabalhadores das cidades de Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas e Piratini, além das citadas entidades apoiadoras tanto públicas como privadas.

¹¹ De acordo com Pelosi e Santos a autogestão, mesmo enquanto um conceito em construção, se configura com caráter de centralidade “porque une o capital e o trabalho, privilegiando a racionalidade social sobre a racionalidade econômica.”

¹² Conforme refere Benini, Sabino e Gomes “O conteúdo da autogestão estaria relacionado diretamente a aspectos qualitativos, que abrangem elementos relativos à forma de participação, processo decisório, controle sobre meios e técnicas de produção, controle sobre recursos produtivos, dinâmicas de comunicação e transparência, espaços de produção e socialização de conhecimentos, ou, em uma só perspectiva, na recuperação, por parte dos trabalhadores em associação, do controle do seu próprio sociometabolismo”

¹³ Documentos internos da Associação.

Neste sentido, o NP cumpre papel relevante, pois é o primeiro grupo a se estruturar como uma *Organização de Trabalho Associado*¹⁴ com tarefas produtivas no interior da Associação. Durante a entrevista, uma trabalhadora do NP relata o momento inaugural do seu surgimento, a partir do contato com a extensão universitária:

Há muito tempo nós tínhamos a ideia de ter um centro de distribuição, uma banca no mercado e um ateliê. Não queríamos abrir mão de nada. Então eu levei uma proposta pra reunião de fazer uma coleção em homenagem, para homenagear os 10 anos da associação e os grupos. Quando eu cheguei lá tinha uma integrante da incubadora da UCPel e uma assessora do SEBRAE que disseram: “- temos uma proposta que pode ser a *ponta* da ideia de vocês, um projeto de pesquisa para o desenvolvimento de uma *coleção de artesanato* junto ao CNPQ, aí vocês tentam construir um coletivo com integrantes dos grupos mais fragilizados”. Então pensei que foi um encontro de duas ideias que deram numa mesma proposta. O projeto foi aprovado. Não existia muito recurso, mas custeava profissionais e equipamentos. Então foi uma pedreira. Mas tocamos em frente e aqui estamos. No início os grupos (da Associação) faziam o próprio material porque já começamos sem recurso nenhum.¹⁵

O projeto de pesquisa citado pela trabalhadora foi submetido pelo NESIC/UCPel junto ao CNPQ¹⁶ e obteve recursos para a preparação da coleção *Elementos da Terra*, como componente propulsor do Núcleo de Produção¹⁷. Os recursos aprovados contemplaram: contratação de assessores em áreas técnicas como *Design* e gestão da produção; locação de veículo e combustível; instrumentos de produção como máquina de costura, tesouras, bastidores, teares, agulhas; matéria-prima para pesquisa e desenvolvimento da coleção como algodão, álcool, botões, tecidos diversos, linhas, fibras; material de expediente; computador e projetor; passagens para assessores de outras localidades e para integrantes do NP. A assinatura do convênio entre a UCPel e o CNPQ viabilizou a cessão do uso de uma sala da universidade para a produção, que funciona como ateliê do NP, sendo esta sua única unidade produtiva. Além disso, o projeto possibilitou a realização de um estudo de mercado preliminar à execução da coleção e de uma pesquisa sobre o perfil das trabalhadoras do núcleo, realizado concomitantemente à execução das etapas da coleção.

Em novembro de 2015 foi lançada a coleção *Elementos da Terra*, que reúne itens com destaque para a identidade e a flora local, cuja perspectiva é o resgate e preservação de traços regionais. “Na confecção de todas as peças são utilizadas técnicas artesanais combinadas com novas tecnologias sociais. Resgatar as técnicas do bordado caseiro transmite a ideologia do cuidado com a natureza”¹⁸. O lançamento da *Coleção* simbolizou importante momento de superação coletiva.

O início da produção foi entre 2012/2013 quando aprontamos todos os protótipos, 63 peças. O pessoal pensou, não dá. Ficamos com medo por que tínhamos que correr atrás de recurso. Algumas deram para trás, mas eu não desisti daquela ideia que vinha lá de trás e o Deus da UCPel também não (risos). Daí quando deu esse projeto do CNPQ elas falaram: - vamos botar como base o núcleo de produção! Em 2014 começamos a nos estabelecer aqui na sala

¹⁴ De acordo com Dal Ri e Vieitez o trabalho associado configura-se quando um coletivo detém posse ou a propriedade de uma unidade econômica passando a controlar a sua gestão. Este possui algumas características que o diferencia das empresas capitalistas, como: “supressão do trabalho assalariado; retiradas (salários) iguais ou equitativas; substituições das hierarquias burocráticas por coordenações; deliberações em Assembleias gerais; nova perspectiva educacional para os trabalhadores, entre outras”. Os mesmos autores ainda empregam a expressão OTAs *mais-democráticas* para designar empreendimentos com algumas características mais propensas ao engajamento em processos de mudança social.

¹⁵ Entrevista realizada com trabalhadora do NP em abril de 2016.

¹⁶ Convênio interministerial do qual participam a SENAES, MTE, PRONINC e o CNPq.

¹⁷ Apesar de o recurso ter sido gerido pelo NESIC, constatou-se uma importante participação e integração institucional do núcleo universitário TEC-SOL da UFPel.

¹⁸ Entrevista realizada com trabalhadora do NP em abril de 2016.

e a chamar os grupos de volta. A coleção foi o primeiro trabalho efetivo, naquele dia que eu vi os protótipos com cada setor, setor de crochê, de costura, de pintura, ficava aquele núcleo de mulheres trabalhando ali, era lindo de ver, e eram dias de frio que não dava nem pra ficar sentada. Eu pensei isso funciona aqui dentro. Quando foi para terminar a coleção, ficava um grupo aqui e outro ali [...] isso aqui *formigando*. Olha que foi bonito, a gente tava podre, mas era assim que era paraser.¹⁹

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Preliminarmente, a pesquisa e a extensão universitária foram determinantes num duplo aspecto: - primeiro por contribuir na consolidação da Associação Bem da Terra, enquanto uma organização pertencente ao campo da Economia Solidária²⁰; segundo por submeter, mediante demanda das produtoras, projeto de pesquisa junto ao CNPQ que obteve recursos para a preparação da coleção *Elementos da Terra*, como componente propulsor do NP. Cabe assim, aos núcleos universitários manterem-se parceiros, vigilantes e sensíveis aos impactos gerados pelo término dos projetos a fim de resguardarem, juntamente com os trabalhadores o futuro e a sustentabilidade dos empreendimentos.

O perfil socioeconômico das integrantes do Núcleo de Produção destaca a sua particularidade e aponta alguns elementos para os futuros processos de formação técnico-política:

Sobre a questão de gênero, o NP é composto integralmente por mulheres. Destas, 80% está acima dos 51 anos de idade e 90% moram em bairros pobres. A escolaridade média das trabalhadoras é o ensino médio completo [...] 50% reside com companheiros ou filhos que trabalha e contribuem com a renda familiar. Quanto à renda mensal das trabalhadoras, todas recebem menos de R\$1.000,00 como renda mensal [...] 60% recebe até um salário mínimo regional e 30% recebe menos de R\$300,00. Sobre a composição da renda 60% declarou receber menos de R\$100,00 mensais na atividade junto ao empreendimento solidário a qual está vinculada e 40% declarou não receber mais de R\$ 400,00 [...] 50% usufrui de benefício previdenciário (aposentadoria, pensão pormorteou benefício de prestação continuada). Estes resultados são determinados pelos fatores mencionados anteriormente como, a composição familiar (se mais alguém trabalha na família), bem como se tem alguma outra fonte de renda (benefício previdenciário, aposentadoria, pensão etc.).

É possível inferir que a *avançada faixa etária*, somada a *fruição de benefícios previdenciários* e à *falta de garantia de renda digna* proveniente do empreendimento, apresenta-se como variáveis que não favorecem estruturas organizativas mais dinâmicas e intensas. Talvez, por esta razão, as trabalhadoras não se sintam encorajadas a dedicarem-se exclusivamente ao NP, desempenhando uma dupla função e acumulando as tarefas produtivas nos seus grupos de origem.

Apesar de serem trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social e que necessitam de fontes alternativas de renda, os números referenciados apontam para o eventual papel que o trabalho associado representa na vida destas trabalhadoras. Todas as entrevistadas manifestaram que a Economia Solidária tem mais relevância política e recreativa que econômica. Evidentemente que a escassez de recursos financeiros é componente de grande impacto no quadro apresentado. Os elementos destacados não minimizam a importância do Núcleo de Produção como um empreendimento, apenas lhe confere essência distinta se comparado com outros empreendimentos.

¹⁹ Idem.

²⁰ Conforme Gaiger e Kuyven “na atualidade, o termo evoca um amplo conjunto de organizações econômicas, entidades representativas, organismos da sociedade civil e ações de governo. Referências à economia solidária têm servido, simultaneamente, para designar um tipo peculiar de empreendimento econômico, um conjunto de entidades representativas que lhe servem de porta-voz, além de uma série de organismos públicos com ações correlatas”

No terceiro ano de atividade produtiva o NP ainda não atingiu viabilidade econômica e os poucos recursos que compõem a sua receita são destinados ao pagamento das mensalidades da Associação. Em relação à organização do trabalho percebeu-se que o NP possui algumas funções razoavelmente definidas como a costura, o crochê e a pintura; a coordenação era exercida por uma trabalhadora bolsista do projeto e que ainda se mantém na função.

As reuniões da produção e os processos deliberativos são realizados de acordo com a necessidade. As trabalhadoras mantêm o ateliê funcionando dois dias por semana e a incipiente produção é escoada principalmente nos canais de comercialização da *Rede Bem da Terra* – loja do mercado, feira virtual e feira itinerante.

Em relação às práticas comunicativas, por se tratar de um coletivo recente e pequeno, a comunicação interna funciona basicamente pela oralidade e por meio de alguns murais afixados no ateliê, que também exibem fotos e um breve histórico do NP.

Além disso, algumas atividades do Núcleo são divulgadas no sítio e nos perfis de redes sociais da Associação. O NP possui um perfil próprio numa rede social ainda com discreta utilização. Apenas uma trabalhadora entrevistada manifestou afeição às pautas *progressistas* ou *de esquerda*. A inexistência de publicações impressas ou digitais com alcance externo como panfletos, boletins, revistas, livros ou zines dificulta a captação da intencionalidade política do coletivo em relação a outras pautas ou bandeiras políticas. Destacando-se as referências à Economia Solidária.

Quanto às práticas formativas, as trabalhadoras declararam não terem participado de atividades de formação técnica e/ou política nos últimos anos. No entanto, algumas entrevistadas registraram a ocorrência de atividades desta natureza, especialmente durante os momentos iniciais da Associação Bem da Terra. Durante a entrevista, uma trabalhadora entendeu que isso seria uma fragilidade importante e ser contornada.

Em relação aos indicadores comportamentais/individuais as trabalhadoras do Núcleo de Produção apresentam uma partição quase que igualitária entre a incidência de manifestações do nível muito fraco e fraco (*socialmente inaceitável*) e do tipo moderada e forte (*aceitável*). As fragilidades foram detectadas em vários elementos, muito aguçadas nos indicadores: 1, 2, 6, 8, 12, 13, 14²¹. Tal questão pode resultar do momento delicado em que vive o empreendimento.

O resultado indica uma fragilizada apropriação dos trabalhadores sobre o processo autogestionário interno, tanto em termos de concepção como em relação à experimentação cotidiana da autogestão. Isso pode ser atribuído ao caráter quase que experimental do empreendimento. No entanto, considerando que as trabalhadoras do empreendimento integram também outras experiências é possível inferir que estas reproduzam as mesmas dinâmicas fragilizadas dos seus empreendimentos de origem no núcleo de Produção, evidenciando também a debilidade destes. Tal argumento pode ser reforçado pela fragilidade identificada mediante a análise discursiva das entrevistas, especialmente no que toca a ausência de qualquer compreensão sobre a expressão *autogestão*, mesmo se compreendida como sinônimo de autonomia, autodeterminação ou cooperação.

A partir do resultado comparativo global da pesquisa é possível desenhar algumas considerações específicas ao caso do *Núcleo de Produção*:

(1) Na sociedade sob domínio do Capital, enquanto seu *sociometabolismo* (MÉSZÁROS, 2011) alcançar todas as esferas da vida, não há autogestão plena, da mesma forma que não é possível con-

²¹ Entendimento sobre a autogestão dentro da OTA, Considerações sobre a existência de diferentes opiniões entre os colegas e a percepção sobre a sua importância, Recebimento de informações sobre os acontecimentos internos da OTA, Participação, interesse e colaboração nas atividades internas de formação técnica, Conhecimento sobre o método de definição da carga horária de trabalho e as suas consequências, Discernimento sobre a existência de diferença de retirada/remuneração dos trabalhadores, Apreciação sobre os aspectos necessários para o aprimoramento da OTA.

templar uma *nova consciência* dos trabalhadores; a autogestão e o processo de consciência precisam ser analisados como processo, a partir da relação dialética existente entre as representações ideais dos indivíduos e as suas relações concretas;

(2) Sob as circunstâncias anteriores, as experimentações autogestionárias nos empreendimentos podem, sob algumas condições, engendrar mediações propícias para o desenvolvimento de práticas democratizantes no âmbito interno das experiências com a eventual socialização dos avanços obtidos no interior das unidades produtivas. As rupturas não anulam as continuidades com a lógica heterogestionária, portanto o horizonte da emancipação dos trabalhadores não está garantido; as condições e mediações precisam ser pesquisadas e podem ser um potente instrumento a serviço da extensão universitária;

(3) Em relação aos componentes relativos à autogestão interna (indicadores 7-17), além de inexistir quaisquer perspectivas reflexivas sobre o que venha a ser a *autogestão*, seja de forma *direita*, como *autonomia* ou como *autodeterminação*; a fragilidade dos indicadores aponta a debilidade política do empreendimento. Mesmo em que se respeitem as diferentes maneiras de cooperar, participar e protagonizar no interior dos empreendimentos, pode ser precipitado identificar este empreendimento enquanto *fato de poder*. Os demais indicadores relativos à autogestão ampliada confirmam o argumento, de forma ainda mais aguda;

(4) O convênio governamental estabelecido pelo *NP* possibilitou a aquisição de maquinário e recursos tecnológicos que possibilitarão uma produção apta a gerar renda às trabalhadoras. Contudo, se a renda não vier acompanhada de um salto político, será mais uma, dentre tantas experiências orientadas unicamente para a sobrevivência dos seus integrantes.

Alguns trabalhadores associados ainda têm dificuldades em compreender que o seu trabalho está inserido num contexto mais amplo do sociometabolismo do capital ou de forma mais simplificada, que os acontecimentos no interior dos empreendimentos também são influenciados pelo movimento de outros atores importantes como o Estado e o próprio Mercado. Uma quantidade considerável dos trabalhadores entrevistados desconhecem outras experiências e as relações estabelecidas por seu próprio empreendimento com outros atores. Esse é um bom motivo para a retomada das práticas formativas. No entanto, estas práticas precisam ultrapassar o método clássico de formação política. A pedagogia mediada pelas práticas artístico-culturais como o teatro, a música, a dança e o próprio grafite, também são surpreendentes instrumentos de sensibilização e transformação dos sujeitos.

Também se constatou que alguns empreendimentos, com um passado repleto de relações políticas e com práticas formativas diversas; com o passar dos anos passam a priorizar as tarefas de gestão do empreendimento e os interesses econômico- corporativos, não ofertando qualquer modalidade de prática formativa ou lúdica para os seus trabalhadores ou de relacionamento desses com a comunidade local. Para Jean-Paul Sartre, é a *livre práxis* do grupo organizado cristalizada em *práxis constituída*: quando o grupo se endurece e o que era movimento se torna rotina, o que era ação converte-se em *procedimentos* (2012, p. 293).

Assim, o fortalecimento da organicidade do *Núcleo de Produção* é tarefa urgente que deve ser trabalhada tanto no plano da formação técnica como política. Neste sentido, o levantamento de indicadores qualitativos de autogestão precisa servir como ponto de partida crítico-reflexivo para orientar uma práxis extensionista sensível e transformadora. No entanto, tais reflexões ainda precisam ser amadurecidas e exaustivamente debatidas com os trabalhadores para que sejam convertidas em conhecimentos sistematizados capazes de subsidiar processos educativos no interior das unidades produtivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária; IBASE. *Autogestão em avaliação*. São Paulo: Edições ANTEAG, 2004.

BENINI, Édi Augusto; SABINO, Adalberto; GOMES, Ana Lúcia Sales. Organicidade socioprodutiva: metodologia construtiva de uma autogestão de caráter societal. In: *Revista Movimentação* v.2, n.2, p. 01-20, 2015.

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E JUVENTUDE DA VIA CAMPESINA. *Agitação e propaganda no processo de transformação social*. 2007.

FERRARINI, Adriane Vieira et al . **Empreendimento econômico solidário e empresa social**: ampliando abordagens e integrando conceitos no diálogo Norte-Sul. *Polis*, Santiago , v. 17, n. 49, p. 299-322, mayo 2018. Disponible en <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S07185682018000100299&lng=es&nrm=iso>. Acesso realizado em 20 de Setembro de 2020.

GAIGER, Luiz Inácio Germany; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. Economia Solidária e trajetórias de trabalho Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2020, vol.35, n.103, e 3510304. Epub Feb 21, 2020. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/3510304/2020>. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092020000200501&lng=en&nrm=iso&tlng=pt#fn01 Acesso realizado em 20 de Setembro de 2020.

MARX, Karl. A enquete operária – o questionário de 1880. Anexo 1. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Pólis, 1981.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo, 2011.

NUNES, Tiago de García. A incubação tecnológica frente às rupturas e continuidades do processo de consciência nas organizações de trabalho associado. *Otra Economía Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, v. 12, p. 184-203, 2019. Disponível em <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14788>. Acesso realizado em 25 de Setembro de 2020.

PELOSI, Edna Marta; Santos, Luis Miguel Luzio dos Economia Solidária: A construção de novas formas de produção e sociabilidade – uma perspectiva complexa. *Revista Organizações e Democracia*. v. 16, n.2. p. 45-64, 2015. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/5519>. Acesso realizado em 20 de Setembro de 2020.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la Razón Dialéctica*. Buenos Aires: Editorial Losada, v.1 e 2, 1979, p. 223 *apud* IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012 p.293.

TAUILE, José Ricardo et al. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final*: junho de 2004. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.